

HETEROGENEIDADE DA ESCRITA: “ERROS” ORTOGRÁFICOS PROPOSITAIS EM REDES SOCIAIS DIGITAIS E A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO

Bruna Carolini Barbosa¹
Irando Alves Martins Neto²

RESUMO

Este artigo realiza uma análise documental qualitativa de textos publicados no *Facebook* e *WhatsApp*, a fim de evidenciar a heterogeneidade na escrita por meio da apresentação de “erros” ortográficos propositais, indispensáveis à constituição do sentido. Para tanto, o trabalho conta com uma reflexão acerca da linguagem que busca compreender mais as semelhanças do que as diferenças entre oralidade e escrita, suspeitando não somente dessa dicotomia de modalidades, mas também das razões pelas quais essa separação hierárquica permanece, inclusive dentro dos muros da academia.

Palavras-chave: escrita, heterogeneidade, redes sociais digitais

Introdução

“Ai que burro! da zero pra ele!”: esse é o texto que acompanha uma imagem do Chaves e do Ñoño na foto de perfil da página *Muro da vergonha – erros ortográficos e gramaticais*, no *Facebook*.

Numa irônica “campanha em favor do nosso português”, a *fanpage* é destinada a debochar claramente dos usuários de redes sociais *online* que não seguem a chamada “norma-padrão” ao escrever. Defende-se, como Bagno (2002), que “norma-padrão” e “norma culta” não são sinônimos. As normas cultas (no plural) são variedades cujos usuários se caracterizam, geralmente, como pertencentes a classes sociais urbanas com

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina. Doutorado em andamento pelo mesmo programa. Professora no curso de Letras Português-Inglês da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). E-mail: brunabarbosa@uenp.edu.br

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina. Doutorado em andamento pelo mesmo programa. Professor no Instituto Federal de São Paulo. E-mail: irandomartins@gmail.com

escolaridade superior completa. A norma-padrão, por sua vez, refere-se mais a um ideal abstrato de língua e menos a seus usos reais.

Embora uma análise apurada e crítica da página citada pareça instigante, este artigo restringe-se, por questões pertinentes ao caráter sintético que qualifica um artigo científico, a alguns exemplos do preconceito linguístico que ela apresenta, uma vez que o objetivo principal do trabalho é comprovar a heterogeneidade na escrita por meio da exposição de “erros” ortográficos propositais, como já sugere o título.

Nas últimas décadas os estudos no campo da linguagem têm considerado, em grande medida, as influências de caráter social na modalidade falada de expressão da língua, contudo, quando se trata da modalidade escrita, as ocorrências que fogem ao padrão são, na maioria das vezes, taxadas como erros crassos e que, necessariamente, devem passar por correção para que “não se prejudique o sentido”.

Do ponto de vista teórico, este artigo reúne argumentos de alguns estudos sobre oralidade e escrita, ora para embasar as análises aqui apresentadas, ora para problematizar as teses defendidas em tais trabalhos. Dentre esses estudos estão a Sociolinguística e os Estudos de Letramento, por exemplo.

Para tanto, serão apresentados textos retirados de dois provedores de redes sociais digitais: *Facebook* e *WhatsApp*³. Trata-se, portanto, de uma análise documental qualitativa que busca compreender o uso da linguagem escrita em ambiente de interação social *online*, em que é permitida uma maior flexibilidade e menor monitoração da escrita.

Estudos sobre a utilização da escrita em meios digitais informais tornam-se cada vez mais necessário, uma vez que, como lembram Bezerra e Pimentel (2016, p. 732), uma quantidade razoável de publicações no *Facebook* vem se erigindo “[...] como instâncias de ensino informal dos usos da língua tidos como os melhores ou os (mais) corretos, de forma paralela à instituição escolar”. Nesse sentido:

[...] urge compreender, entre as práticas discursivas com que se envolve o usuário de redes sociais digitais, aquelas voltadas para a “defesa” da língua portuguesa, constituídas provavelmente como reação à interpretação de que esta vem sendo “assassinada” pelos adolescentes e

³ Opta-se por não chamar o *Facebook* e o *WhatsApp* de redes sociais, pois há, dentro deles, diversas redes. O site *Facebook*, por exemplo, propicia que cada usuário faça sua rede de amigos, além da possibilidade de criação de grupos, grupos de chat e as *fanpages* (popularmente conhecidas como páginas). Da mesma forma, o *WhatsApp* possibilita que cada usuário estabeleça uma rede a partir de seus contatos como também a criação de grupos específicos.

jovens em suas práticas diárias de escrita na web. Compreender essas práticas implica confrontá-las com concepções acadêmicas bem estabelecidas sobre o que significa usar uma língua, bem como examinar a pertinência de noções como “decadência” ou “assassinato” de uma língua pelos seus próprios falantes (BEZERRA & PIMENTEL, 2016, p. 732-733).

Os meios digitais trazem consigo uma nova forma de utilizar a língua e de atuar em um mundo textualmente mediado. A rigidez dá lugar a formas menos estanques de expressão linguística, todavia, o imaginário sobre uma possível supremacia da norma e da correção gramatical ainda se fazem presentes nesses meios de interação. Não raras vezes é possível encontrar situações em que um contra-argumento, no caso de alguma discussão sobre determinado tema, perca o lugar para a correção gramatical, muitas vezes acompanhada da depreciação cognitiva do usuário que transgride a norma.

Variedade linguística e escrita

Ainda que a maioria dos usuários da língua portuguesa no Brasil custe a aceitar, estudos da área da linguagem, especialmente da Sociolinguística, comprovam que há diferentes modos de falar, a depender de variáveis linguísticas e sociais que incluem sexo, idade, origem, escolaridade etc. Nesse sentido, “desde que é possível se fazer um estudo sistemático dessas variações, isto é, demonstrar que elas são previsíveis, sistematizáveis e se repetem nas mesmas circunstâncias, deve-se concluir que não existe erro linguístico” (CYRANKA, 2014, p. 48).

Assumindo uma posição mais social da linguagem, Cyranka (2014, p. 48) explica que “a Sociolinguística é uma ciência que procura relacionar as variações linguísticas que ocorrem entre os falantes de uma mesma língua às diferenças que se observam na estrutura da sociedade a que pertencem esses mesmos falantes”. Ou seja: “[...] todas as variedades são igualmente suficientes para o falante se expressar dentro de seu contexto sociocultural, igualmente legítimas como meio de uma interação entre os membros da mesma comunidade” (CYRANKA, 2014, p. 83).

Se parece repetitivo, do ponto de vista acadêmico, afirmar que há diferentes formas de falar a mesma língua, fora da universidade essa ideia ainda é mal difundida. Expressões como “eu odeio português” e “eu não sei falar português direito”, proferidas por brasileiros fluentes em sua língua materna, são prova disso. Além disso, polêmicas

como a causada em 2011 pela adoção do livro didático *Por uma vida melhor*, pelo Ministério da Educação (MEC), reafirmam como a mídia (a Rede Globo, nesse caso específico) enxerga o que é língua e como ela **deve** ser usada. Em ambos os casos, na mídia e na visão popular, considera-se que há apenas uma maneira correta de falar o português.

A visão estanque da língua portuguesa baseia-se em uma concepção idealizada não correspondente às diferentes circunstâncias de uso. Se na fala a concepção monoestilística é grandemente aceita por grande parte dos usuários, na escrita ela é praticamente incontestável. Contudo, “não há na língua u padrão absoluto de correção (válido para todas as circunstâncias), mas apenas padrões relativos às diferentes circunstâncias” (FARACO, 2008, p.166).

Ainda que a fala do professor Faraco esteja particularmente voltada a uma análise da fala, essa visão circunstancial é também pertinente à modalidade escrita, principalmente se pensarmos que o estilo em um gênero é também influenciado pelo contexto de interação e que a variação na escrita, assim como na fala, não é aleatória, mas sistemática, tomando como baliza a adequação às circunstâncias. Sobre a flexibilidade do uso da escrita, Faraco (2008, p.172) argumenta que, embora a expressão escrita esteja envolvida por um maior conservadorismo, está “cada vez mais visível a entrada na escrita de estruturas antes apenas comuns na fala culta”.

Por outro lado, a Sociolinguística insiste que

[...] a existência de uma variedade considerada melhor – a culta, em suas diferentes expressões – demonstra que, de fato, como entreviu Gnerre, por trás da questão linguística, existe outra de caráter ideológico. Numa sociedade em que o acesso aos bens culturais exige o domínio de uma só variedade linguística, a da classe dominante, a língua deixa de ser somente instrumento de interação e ação sobre a realidade para ser também um instrumento de exclusão social (CYRANKA, 2014, p. 83).

No entanto, estudos sobre variedades linguísticas preocupam-se quase que exclusivamente com a oralidade, validando, direta ou indiretamente, a homogeneidade da escrita. Em síntese, é como se fossem contra a pena de morte, ao mesmo tempo em que defendem a prisão perpétua. Ou seja: de um lado, criticam o preconceito linguístico, reconhecendo que a língua é construída histórica e socialmente por falantes em contexto

de uso e, de outro, esquecem-se de seu caráter vivo, dinâmico, heterogêneo e variável, defendendo uma escrita pouco diversificada, independentemente do contexto de produção.

É notório lembrar que a escrita, assim como a fala, é parte constitutiva da língua e, portanto, construída pelos próprios usuários. Acontece que “[...] pelo menos no caso das sociedades letradas, historicamente, cada língua acaba tendo uma de suas variedades definida como preferível em relação às demais, especialmente em contextos formais de interação” (BEZERRA & PIMENTEL, 2016, p. 736). Então, por razões principalmente políticas e ideológicas, essa variedade preferível torna-se norma, passando a ser ensinada pela escola e exigida em contextos formais de uso da língua (BEZERRA & PIMENTEL, 2016). Ironicamente, a variedade eleita como modelo a ser seguido é aquela utilizada, quase sempre, por grupos escolarizados e com alto grau de poder aquisitivo.

O estabelecimento de um padrão a ser seguido “responde a um projeto político que visa impor uma certa uniformidade onde a heterogeneidade é sentida como negativa, como ameaçadora de uma certa ordem” (FARACO, 2008, p.172). Busca-se uma homogeneização da sociedade, desconsiderando que a língua é parte da identidade do indivíduo e que os usos são determinados dentro da realidade sócio histórica e pelo contexto, isso “significa considerar a língua como uma atividade social, como um trabalho compreendido conjuntamente pelos falantes toda vez que se põem a interagir verbalmente, seja por meio da fala, seja por meio da escrita” (BAGNO, 2003, p.19).

Como dito, do ponto de vista acadêmico, esse conceito de língua como mutável e plural é reconhecido por estudos da área da linguagem, sobretudo com ênfase na oralidade. Quanto à escrita, por parecer inevitável um modelo que livre a língua de um suposto caos, opta-se por defender, em geral, uma norma que todos os falantes entendam. Nesse sentido, escreve corretamente quem tem acesso, geralmente pela instituição escolar, a essas normas que, cabe reafirmar, são características presentes nas variedades orais cultas.

Por outro lado, alguns estudiosos ocupam-se em debater a relação entre oralidade e escrita de maneira mais crítica. Por exemplo, Marcuschi (2011) critica fortemente a visão dicotômica da relação entre fala e escrita, sobretudo aquela que hierarquiza as modalidades, inferiorizando a fala e enaltecendo a escrita. Concordando com Street (1984), o autor apresenta o conceito de letramento como “um processo de aprendizagem

social e histórico da leitura e da escrita em contextos informais e para usos utilitários” (p. 21).

Na mesma perspectiva de Street (1984), então, Marcuschi (2001) concorda que a “grande divisão” entre fala e escrita é um mito, pois ambas as modalidades são sistêmicas, complexas, lógicas e exigem do produtor capacidades cognitivas. Na verdade, o autor pontua que a língua escrita e a língua falada apresentam muito mais semelhanças que diferenças e que, além disso, as duas modalidades “mantêm certas relações de semelhanças que não se esgotam apenas no código” (MARCUSCHI, 2001, p. 53).

Para Gnerre (1991, p. 06), a língua é um conjunto de regras não apenas linguísticas, mas também sociais, e “todo ser humano tem que agir verbalmente de acordo com tais regras”. A forma como os usuários utilizam tais regras (determinada variedade linguística, por exemplo) depende do acesso a essas regras, podendo gerar preconceito ou uma situação privilegiada.

Sobre os preconceitos sofridos em decorrência dos usos menos prestigiados da língua, seja na fala ou escrita, Bagno (2008) afirma que não só a língua é avaliada quando se “erra”, mas a própria pessoa: quanto mais privilegiado socialmente um indivíduo, menos desvios são detectados pelos fiscais da gramática. Para o autor, “na fala de um membro da elite letrada, esses erros são algo como ‘descuidos’ ou ‘lapsos’ [...] essa mesma condescendência, no entanto, não é usada para classificar a fala de cidadãos menos letrados” (BAGNO, 2008, p.29).

Ainda de acordo com Gnerre (1991), a escrita, modalidade supervalorizada em nossa sociedade, então, é referência, de modo que a fala mais próxima da escrita é a mais privilegiada, ou seja, a fala daqueles que têm mais acesso à cultura escrita. O pesquisador italiano parte de perspectivas históricas e linguísticas para apresentar o surgimento da língua portuguesa, com o galego-português. Com isso, o autor aponta a valorização de uma norma culta, que é pautada e legitimada em comparação com a modalidade escrita. É, nas palavras do próprio Gnerre (1991, p. 15), a “língua dos gramáticos”: “um produto elaborado que tem a função de ser uma norma imposta sobre a diversidade”.

Ao apresentar o caso de uma comunidade indígena no Equador que, de início, rejeitou a implementação de uma escola na tribo – uma vez que a instituição não condizia com a realidade dos indígenas –, mas que depois foram convencidos da implementação, considerando as necessidades da comunidade, Gnerre (1991) aponta que houve um

processo de hierarquização da linguagem escrita em relação à falada, até então única modalidade utilizada pelos indígenas. A partir disso, conclui que a escrita, por ser adquirida em ambiente formal e legitimado, é considerada de mais prestígio, e aqueles que não têm tal domínio são inferiorizados.

Mais especificamente sobre a diversidade linguística da escrita, Corrêa (2001) e Signorini (2001), embasados em perspectivas do letramento, defendem um conceito de escrita mais aberto, isto é, coerente com um conceito de língua que considera as regras como socialmente construídas, desconstruídas e reconstruídas.

O objetivo principal de Corrêa (2001) é oferecer elementos que contribuam para uma mudança na maneira de entender a relação entre o oral e o escrito na produção de textos. Para tanto, o autor toma como ponto de partida a heterogeneidade **da** escrita e não apenas a heterogeneidade **na** escrita, apresentando um modo particular de entender as práticas sociais letradas e as práticas sociais orais. Em outros termos, o autor propõe uma nova utilização das noções de letramento e oralidade.

Corrêa (2001) chama a noção corrente de letramento – aquela que designa a condição do indivíduo que exerce, direta ou indiretamente, práticas de leitura e escrita – de sentido restrito de letramento. O autor aponta e critica a anterioridade atribuída à alfabetização nesse modelo restrito, como se a condição de letrado requeresse, em todo caso e em primeiro lugar, o domínio do código. Isso porque esse sentido restrito coloca, em um extremo, o letrado autônomo, que sabe codificar e decodificar o código e participa ativamente de diversas práticas de leitura e escrita, e, no outro extremo, o letrado não autônomo, aquele que, sem saber ler nem escrever, participa, indiretamente, de práticas de leitura e escrita. Nota-se que, além de requerer o domínio do código, mesmo que indiretamente, o sentido restrito de letramento exige, ainda, a inserção em práticas de leitura e escrita.

Todavia, Corrêa (2001, p. 137) apresenta um sentido mais amplo de letramento, que “(...) liga-se ao caráter estrutural de certas práticas, presente mesmo em comunidades classificadas como de oralidade primária (aquelas que não tiveram contato algum com a escrita tal como a conhecemos)”. Segundo Corrêa (2001), o caráter de permanência atribuído à escrita, sobretudo por sua capacidade de registrar memórias culturais, é presente também em comunidades orais. A partir dessa noção mais ampla de letramento, Corrêa (2001, p. 141) pretende

valorizar as habilidades atestadas por aqueles indivíduos que, mesmo não tendo acesso à alfabetização, ou mantendo-se, na maior parte do tempo, alheios às práticas de leitura e escrita tal como foram consagradas, também fazem a história da língua e da sociedade por meio do modo oral de registro da memória cultural.

Definindo a relação oral/escrito como um fator que marca a heterogeneidade **da** escrita e não a heterogeneidade **na** escrita, Corrêa (2001) chama a atenção para a convivência de marcas linguísticas dessas práticas nos vários elementos discursivos, a fim de conceber a heterogeneidade como constitutiva da escrita, e não como uma característica pontual e acessória. Em outras palavras, para o autor, a heterogeneidade é interior à escrita, e não exterior a ela.

Ainda de acordo com Corrêa (2001), há duas formas de esquecimento e três formas de reconhecimento da heterogeneidade da escrita.

O esquecimento ocorre numa dimensão linguístico-pedagógica e numa linguística propriamente dita.

O reconhecimento da heterogeneidade da escrita numa dimensão linguístico-pedagógica ampara-se nas condições sociais do sujeito (procedência social, geográfica, cultural, grau de escolaridade), na apropriação parcial junto à Sociolinguística, como em adequações estilísticas (ajustamento da escrita à determinada situação de comunicação) e na apropriação parcial junto à Pragmática. Corrêa (2001) constata que, nos dois casos, justifica-se certa heterogeneidade na escrita por elementos externos a ela (sociais, situacionais), afirmando que

por meio dessas apropriações parciais, a heterogeneidade na escrita não fica desconsiderada, mas é justamente esse tipo de reconhecimento da relação oral/escrito no texto escrito que denuncia a desconsideração da heterogeneidade como constitutiva da escrita” (CORRÊA, 2001, p. 146).

A dimensão linguística propriamente dita do esquecimento da heterogeneidade da escrita não reconhece a escrita como heterogênea, tratando a relação oral/escrito a partir de um critério de pureza e idealizando uma escrita sem traços de oralidade. Nesse sentido, a relação oral/escrito é vista como uma interferência (no sentido negativo) do oral no

escrito. Corrêa (2001, p. 148, *grifos no original*) acrescenta que o esquecimento linguístico propriamente dito “(...) revela e ampara uma prática pedagógica que não apenas desconsidera a heterogeneidade **da** escrita, mas recusa-se a reconhecer qualquer heterogeneidade **na** escrita”.

As três formas de reconhecimento da heterogeneidade da escrita são: 1) em aspectos da representação gráfica; 2) pela heterogeneidade da língua; e 3) pela circulação dialógica do escrevente.

Corrêa (2001) demonstra como as mudanças ortográficas apontam a escrita como heterogênea. O autor retoma que a ortografia não é tão somente a transcrição dos sons da fala para a escrita. Se assim fosse, não haveria apenas uma forma de escrever, como não há apenas uma forma de falar. Assim, a ortografia oficial parece ser uma tentativa de tirar o caráter heterogêneo da linguagem.

A heterogeneidade da própria língua, de acordo com Corrêa (2001), também justifica a heterogeneidade da escrita. Uma das dicotomias saussurianas de estudo da língua, a diacrônica e a sincrônica, já sugeria a possibilidade de um estudo linguístico histórico a partir de uma comparação entre dois estados da língua. Para Corrêa (2001, p. 151), “registrar várias histórias por meio de eventos particulares de escrita implica trazer, para esse modo de enunciação, a heterogeneidade linguística marcada já nas práticas sociais mais amplas da oralidade e do letramento, presentes nessas várias histórias”. Além disso, nessa perspectiva, negar a heterogeneidade da escrita parece ser o mesmo que dizer que a língua é imutável.

Outra forma de reconhecimento da heterogeneidade da escrita é pela circulação dialógica do escrevente. Corrêa (2001) apresenta diversas maneiras pelas quais o escrevente transita ao produzir seu texto, dependendo do contexto de produção, de sua intencionalidade, do diálogo com o já falado ou escrito, da relação que faz com as diferentes variedades linguísticas ou mesmo das relações que faz com a escrita convencionalizada. Esse trânsito a favor do diálogo revela formas de escrita diferentes daquela considerada padrão.

Para exemplificar o trabalho com a heterogeneidade da escrita, Corrêa (2001) limita-se a dois de seus modos de manifestação: 1) a relação da escrita com a dimensão gráfica do texto; e 2) a relação da escrita com a dimensão gramatical. A partir desses dois

eixos, o autor comprova como formas de escrita diferentes da oficializada pela norma-padrão são válidas, seja porque têm certa lógica de regra, seja por questão estilística.

De maneira similar, Signorini (2001) apresenta exemplos de escrita não autorizada, ou seja, não legitimada. Para tanto, a autora mostra os hibridismos presentes em textos formais escritos por escreventes de diferentes posições sociais. Também partindo do conceito de letramento como produção de linguagem escrita inserida em práticas sociais mais amplas, a autora destaca, a partir dos exemplos analisados, como tipos de escrita não legitimada (isto é, com “desvios” em relação à norma padrão – desde “erros” ortográficos até “inadequações” ao gênero discursivo em questão) são reconhecidos, por outro lado, como intervenção socialmente significativa.

Signorini (2001) explana que o hibridismo da escrita não autorizada é todo aquele aspecto não previsto na escrita privilegiada pela escola e pela academia. Não se trata, pois, tão somente de uma mistura de formas tidas como próprias da oralidade ou da escrita, estendendo-se para códigos gráfico-visuais e gêneros discursivos, por exemplo.

A partir dos dados analisados, Signorini (2001) conclui que o hibridismo constitutivo da escrita se configura em diferentes graus (mixagem de oral e escrito, estilo, intencionalidade, argumentatividade) e tem diferentes níveis de visibilidade (é visto como inadequado – do ponto de vista formal, considerando os modelos legitimados pela escola e academia –, ao mesmo tempo em que é considerado válido e adequado – do ponto de vista da comunicação efetiva e da intencionalidade do autor).

A autora também apresenta alguns problemas baseados em conceitos acadêmicos e escolares de escrita. Para Signorini (2001, p. 107), “a primeira dificuldade está relacionada à sobreposição do constructo de língua ao de escrita: a escrita como a mais perfeita concretização do sistema abstrato da língua”, como se a língua e, portanto, a escrita, fosse homogênea. Visto desse modo, a fala e suas variedades não se confundem com a escrita idealizada pelo conceito uniforme de língua. A escrita sempre estará mais próxima do conceito ideal de língua (SIGNORINI, 2001).

No que se refere à oralidade, Signorini (2001) lembra que as variedades não cultas são vistas como mais distantes da língua idealizada, uma vez que a fala baseada na norma culta (utilizada em contextos mais formais) é bastante próxima da escrita.

Em suma, é como se realmente existissem variadas formas de falar uma língua (no sentido oral), mas apenas uma forma de escrever, aquela que leva em conta a língua

idealizada pelos manuais (a mesma ensinada e legitimada pela escola). Cabe à academia, portanto, realizar um número mais amplo de pesquisas que argumentem a favor da diversidade do texto escrito.

Neste artigo, os dados apresentados são analisados a partir de um conceito de escrita compreendido como um processo dinâmico, vivo, dialógico, dialético e que varia de acordo com os fatores linguísticos e sociais.

Erro, errinho e errão

Em 2011, na ocasião da polêmica do livro didático *Por uma vida melhor*, adotado pelo MEC e distribuído a escolas públicas brasileiras, o jornalista da Rede Globo Alexandre Garcia critica: “quando eu tava no primeiro ano do grupo escolar e a gente falava errado, a professora nos corrigia porque ela estava nos preparando pra vencer na vida...”. Na ocasião, Garcia não apenas critica o ensino de diferentes variedades linguísticas, afirmando que “a linguagem escrita [...] diferencia o animal homem dos outros animais”, mas também sugere que o preconceito linguístico faz parte da “moda do politicamente correto”. Ainda assim, o jornalista utiliza termos como “tava”, “a gente” e “pra”. Sem dúvida, “falar certo” e “falar errado”, para Garcia, não é uma questão de seguir a norma-padrão, mas está mais relacionado com o tipo de “erro” que se comete.

Esse tipo de crença sobre o que é linguisticamente correto ou incorreto parece ser comum. Uma das publicações da página *Muro da vergonha – erros ortográficos e gramaticais* traz a seguinte mensagem:

Quadro 1: Campanha em favor de nosso português.

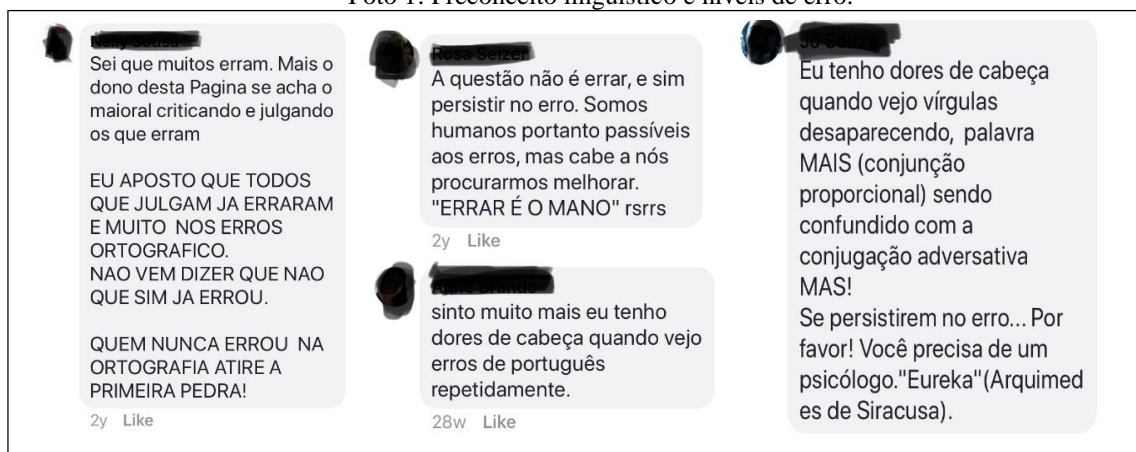
<p style="text-align: center;">CAMPANHA EM FAVOR DE NOSSO PORTUGUÊS:</p> <p>ANSIEDADE se escreve com S; DESDE se escreve JUNTO; MENOS não existe; SEJE/ESTEJE também não; COM CERTEZA e DE REPENTE se escreve separado; MAIS é antônimo de MENOS; MAS é sinônimo de PORÉM; A GENTE é separado; AGENTE só secreto; COMIGO se escreve JUNTO. MIM não conjuga verbo, e quando uma coisa não tem relação com outra, elas não têm NADA A VER. Se não for INCOMODAR (sim, é com I) cole no seu mural e colabore com nossa língua.</p>
--

Fonte: *Muro da vergonha – erros ortográficos e gramaticais* (2013).

Considerando a norma-padrão, notam-se alguns problemas em relação à pontuação, mas a preocupação aqui é menor com os “desvios” e maior com os comentários surgidos a partir de tal publicação.

Observa-se, nas imagens reproduzidas abaixo (Foto 1), que os segundo, terceiro e quarto comentários criticam o primeiro, que discorda do objetivo da página. Os segundo e terceiro comentários, no entanto, defendem claramente o ideal da *fanpage*. Para um deles, o erro (linguístico) pode ser superado com esforço e tentativa, basta se dedicar. Além disso, quem comete erros ortográficos é inferior a quem não os comete e, portanto, deve “melhorar”. O quarto comentário, por sua vez, critica indireta e sarcasticamente os comentários anteriores, pontuando desvios linguísticos por eles cometidos em relação à norma-padrão. Todavia, vê-se que nenhum deles, inclusive o quarto, escreve corretamente do ponto de vista da gramática normativa.

Foto 1: Preconceito linguístico e níveis de erro.



Fonte: *Muro da vergonha – erros ortográficos e gramaticais* (2013).

Como no caso da polêmica do livro didático *Por uma vida melhor*, os usuários da rede social *Muro da vergonha – erros ortográficos e gramaticais* fazem julgamento sem olhar para os próprios desvios, classificando o que é certo e o que é errado com base em um ideário linguístico fortemente defendido pela mídia. Nota-se que, assim como na fala, o problema não é desviar da norma-padrão, mas cometer “erros” que causam “dores de cabeça”, aqueles estigmatizados por usuários da língua que consideram aceitáveis alguns “erros” (os que eles cometem) e inaceitáveis outros (os que eles não cometem, geralmente produzidos por pessoas com baixo grau de escolaridade).

Fica claro que, assim como na fala, a escrita possui desvios mais estigmatizados e passíveis de correção e preconceito e outros “mais aceitáveis”. O discurso de quem corrige esses desvios mais estigmatizados é marcado por uma autoridade depreciativa, tanto no caso de quem não domina o padrão, mas assume o papel de corretor, quanto no

comentário 4, em que é possível verificar um conhecimento gramatical, mas ainda assim, um julgamento negativo sobre a capacidade cognitiva das pessoas que não escrevem de acordo com a norma.

“Erros” ortográficos propositais

Para enfatizar o objetivo principal do trabalho (defender a heterogeneidade da escrita por meio de “erros” ortográficos propositais), apresentam-se dados da página *Muro da vergonha – erros ortográficos e gramaticais* e de conversas pelo *WhatsApp* realizadas em redes sociais do autor do artigo (tanto de grupos como de conversas entre o autor e determinado amigo).

A imagem reproduzida abaixo (Foto 2) foi compartilhada por *Muro da vergonha* e acompanhado da seguinte legenda: “concerteza vosse não paçou !!!”.

Claramente, os “erros” propositais cometidos, nesse caso, servem para ridicularizar os erros não propositais cometidos anteriormente, o que indica intencionalidade explícita do produtor da legenda.

Foto 2: Erro ortográfico proposital – “concerteza vosse não paçou”.



Fonte: *Muro da vergonha – erros ortográficos e gramaticais* (2013).

Outro exemplo similar pode ser observado com a publicação reproduzida abaixo, que acompanha a seguinte legenda: “sobrou ‘siensia’ e faltou língua portuguesa”.

Foto 3: Erro ortográfico proposital – “sobrou ‘siensia’ e faltou língua portuguesa”



Fonte: *Muro da vergonha – erros ortográficos e gramaticais* (2013).

Em ambos os casos, os “erros” ortográficos propositais servem, como se viu, como deboche àqueles que cometem erros em relação à gramática normativa. Todavia, outras páginas poderiam ser analisadas, como a *ajudando o povo de humanas a fazer miçanga*, cujas publicações compartilhadas geralmente são formadas por textos sem pontuação e letras iniciais maiúsculas para nomes próprios ou em início de frase. A própria história da página, criada em 2015 e com mais de quatro milhões e meio de curtidas, é a seguinte: “Nós somos dois estudantes de humanas, Nikki Vargas, que já cursou umas oito faculdades a procura de seu eu interior e terminou que não o encontrou. E Matheus Winck, estudante de filosofia do desemprego”. A ideia de não se preocupar com pontuação nem com letras maiúsculas parece coerente com a missão do grupo: “ajudar o povo de humanas a fazer miçanga, oras!”. Fica claro, nos inúmeros compartilhamentos diários feitos por participantes da rede, que tais “desvios” não importam. Aliás, eles contribuem para certo sarcasmo acerca da ideia estereotipada sobre aqueles que não estão preocupados com os julgamentos ou regras sociais, aqueles que fazem uma graduação (na área de Humanas) e preferem vender miçanga na praia a seguir carreira. Nesta página, os erros ortográficos, estilisticamente, representam a liberdade em transgredir a norma, sem reprimendas ou correções, uma vez que no imaginário linguístico idealizado, esse sujeito não é passível de correção, já que ele faz parte de um estrato socialmente privilegiado, a academia.

Mesmo assim, optou-se por analisar *Muro da vergonha – erros ortográficos e gramaticais*, ainda que seja página com apenas 824 curtidas e com pouca publicação. A escolha ocorreu por ela ter sido mencionada em blog que orienta candidatos do Enem a fazerem uma boa redação.

Com o título “Evite erros gramaticais em uso nas redes sociais – Redação e Gramática”, uma matéria publicada no *Blog do Enem* questiona: “você costuma deixar de lado as normas da gramática nas redes sociais? Cuidado para não passar vergonha se fizer o mesmo na redação do vestibular ou do Enem”.

A matéria concorda que, em redes sociais online, certamente o usuário escreve de um “jeito mais solto”, mas que “também já deve ter se deparado com erros tão gritantes que chegou a sentir certa vergonha pela pessoa ter escrito tão errado. E mais, desse erro estar disponível para qualquer um ver”. Observa-se, mais uma vez, um julgamento sobre o que é aceitável (“um jeito mais solto”) e o que é inaceitável (“erros tão gritantes”).

O texto menciona que “na página Muro da vergonha – erros ortográficos e **gramaticais** encontramos uma seleção de posts com erros **gramaticais** que saltam aos olhos” (*grifos no original*). Após citar um exemplo ao leitor, a matéria informa que os erros apresentados (“concerteza” e “agradeçer”) “vão além da informalidade permitida nas redes sociais. Por isso, acabam por se tornar piada”. Sugere, ainda, que o leitor visite a página citada para ver outros exemplos. Na tentativa de convencer o internauta a assistir a uma aula em vídeo sobre aspectos ortográficos, a matéria lança uma pergunta retórica: “você não quer ser mais um a aparecer nessa página, certo?”.

Em resumo, o blog utiliza exemplos da página *Muro da vergonha – erros ortográficos gramaticais* sem problematizar o preconceito linguístico ali presente. Pelo contrário, a matéria alerta para que os usuários evitem “erros gritantes”, transferindo a culpa do preconceituoso para o que sofre o preconceito. Não se discute a errônea concepção de que as pessoas que não possuem domínio da escrita padrão são consideradas cognitivamente inferiores, possuem problemas psicológicos, têm sua inteligência e, por vezes sua capacidade profissional, questionados.

Os exemplos retirados de redes sociais do *WhastApp* talvez sejam ainda mais convincentes no que se refere à heterogeneidade da escrita. A conversa abaixo mostra a substituição proposital das letras “i”, “c” e “f” para dar ênfase nos adjetivos utilizados:

Foto 4: Erro ortográfico proposital – “ryko e phyno”.



Fonte: Conversa de *WhatsApp* do autor (2017).

Ao grafar “ryko” (com “y” e “k” em vez de “i” e “c”) e “phyno” (com “ph” e “y” em vez de “f” e “i”), o participante da conversa enfatiza os adjetivos em razão da utilização de letras mais comuns em palavras estrangeiras do que em português. O uso dos termos “rico” e “fino” com certeza não causariam o mesmo efeito de sentido. Neste caso a grafia com “y” e “k” em vez de “i” e “c” são constitutivas do sentido, os desvios intensificam a qualidade que elas atribuem ao indivíduo ao qual fazem referência.

A seguir, analisa-se a inserção da vogal “u” na palavra “boua”:

Foto 5: “Erro” ortográfico proposital – “tá boua”.



Fonte: Conversa de *WhatsApp* do autor (2017).

Com origem nas gírias gays, conhecido popularmente como *pajubá*, a expressão “tá boua” refere-se, tal como utilizada na conversa acima, a uma discordância. No contexto do diálogo, um dos participantes convida, de maneira sarcástica, o outro para ir à igreja, quando, na verdade, o assunto da conversa é uma festa. A resposta “tá boua”

representa tanto uma negação ao convite como uma desconfiança a respeito de sua veracidade.

Por fim, analisam-se três itens lexicais que revelam como a heterogeneidade da escrita permite que a língua funcione tal como ela é: criativa e plurissignificativa.

Foto 6: “Erros” ortográficos propositais – “çei”, “falça” e “tá serto”.



Fonte: Conversas de *WhatsApp* do autor (2017).

No primeiro diálogo, vê-se a imagem de um cão com um olhar desconfiado acompanhada do termo “çei”, resposta ao interlocutor que nega ter “um arsenal de imagens com frases prontas”. Em vez de “sei”, com “s”, “çei”, com “ç”, causa um efeito de sentido mais cômico, aumentando a ideia de desconfiança ao demonstrar que há algo errado com algo “errado” (a grafia de “sei”).

No segundo diálogo, a escolha pela letra “ç” em vez de “s”, em “falça”, também enfatiza a ideia do não verdadeiro, enquanto no terceiro a opção por “s” em vez de “c”, em “serto”, indica que, na verdade, o interlocutor cometeu um erro ao ficar em casa vendo TV. Ou seja: o certo, de acordo com o outro interlocutor, seria que seu colega tivesse saído. “Serto”, nesse caso, significa “errado”. Todavia, o efeito de sentido teria sido bastante diferente se o escrevente tivesse preferido “tá errado” a “tá serto”.

Em síntese, defende-se que a escolha por uma grafia diferente da determinada pela gramática normativa, nos casos apresentados, não se configura um erro, mas um estilo linguístico complexo que deve não somente ser respeitado, mas reconsiderado como correto, ao menos no contexto informal digital, por enquanto.

Considerações Finais

Por meio de análise de conversas e publicações informais em redes sociais digitais, este trabalho procurou convencer que a heterogeneidade da escrita, resultado da heterogeneidade da língua, deve ser reconhecida inclusive em relação à ortografia.

Elencar uma única escrita correta é tão errado como afirmar que “serto”, “falça”, “phyno” etc. estão grafados incorretamente. Tudo depende da situação e da intencionalidade do produtor do texto, que também é, como se sabe, recriador da língua.

Cabe esclarecer que, mesmo reconhecendo a origem da palavra “ortografia”, optou-se pela expressão “erros ortográficos” em vez de “erros de grafia”, uma vez que “ortografia” também tem sido utilizada com sentido de “escrita” ou “estudo da escrita”.

As aspas utilizadas em “erro” e “erros”, neste artigo, negam que a escolha proposital de uma grafia diferente da determinada pelos manuais gramaticais seja, de fato, um erro. Para além disso, é preciso considerar, ainda, que a língua muda, e essa mudança não ocorre por si própria, mas pelo uso diferente que se faz dela. Em outras palavras, mesmo os erros não proposicionais são passíveis de aceitação – inclusive pelos manuais gramaticais – com o passar do tempo.

É preciso ter em mente que os usuários da língua não são monoestilísticos e que os usos, seja na modalidade escrita ou falada, dependem da circunstância, gênero, contexto, intenção e vários outros fatores externos que influenciam na construção linguística em questão.

Referências

BAGNO, M. Língua, história e sociedade: breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. (p. 179-199).

_____. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.

BEZERRA, B. G.; PIMENTEL, R. L. Normatismo linguístico em redes sociais digitais: uma análise da *fanpage* Língua Portuguesa no *Facebook*. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, v. 55, n. 3, p. 731-755. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103->. Acesso: 10 jan. 2018.

CORRÊA, M.L.A. Letramento e heterogeneidade da escrita no ensino de Português. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Mercado de Letras: Campinas, SP, 2001.

CYRANKA, L. F. M. Atitudes linguísticas de alunos de escolas públicas. In: CYRANKA, Lucia Furtado de Mendonça. *Dos dialetos populares às variedades cultas: Sociolinguística na escola*. 2. ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014. (p. 39-151).

Evite erros gramaticais em uso nas redes sociais – Redação e gramática. *Blog do Enem*. Disponível em: <<https://blogdoenem.com.br/redacao-gramatica-redes-sociais/>>. Acesso: 10 jan. 2018.

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. Martins Fontes: São Paulo, 1991.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

Muro da vergonha – erros ortográficos e gramaticais. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MuroDaVergonhaEOG/>>. Acesso: 10 jan. 2018.

SIGNORINI, I. Construindo com a escrita ‘outras cenas de fala’. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Mercado de Letras: Campinas, SP, 2001.

STREET, B. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HETEROGENEITY OF WRITING: PROPOSED "SPELLING ERRORS" IN DIGITAL SOCIAL NETWORKS AND A SENSE CONSTRUCTION

ABSTRACT

This article performs a qualitative documentary analysis of texts published in Facebook and WhatsApp, in order to highlight the heterogeneity in writing through the presentation of purposive spelling mistakes that are indispensable to the constitution of meaning. For this, the work has a reflection on the language that seeks to understand the similarities rather than the differences between orality and writing, suspecting not only this dichotomy of modalities but also the reasons why this hierarchical separation remains, even within the walls of Academy.

Keywords: writing, heterogeneity, digital social networks

Recebido em 21/04/2018.

Aprovado em 01/07/2018.